



MENSAGEM Nº 10, 1 de setembro de 2017.

Caros companheiros de jornada,

O MPMA teve mais uma semana de intensa visibilidade no cenário nacional. A Procuradora de Justiça Rita de Cássia Maia Baptista foi aclamada presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, fruto de sua dedicação à atividade, inclusive recebendo, ano passado, reunião daquele colegiado, com intensa e produtiva pauta em favor da sociedade, expondo boas práticas locais, como a regulamentação institucional da Lei de Acesso à Informação, hoje reproduzida por outros Estados.

Na Câmara de Deputados, as Promotoras de Justiça Cristiane Maia Lago e Sandra Fagundes Garcia apresentaram, ao lado dos representantes do Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, a campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", que já chegou a mais de 60 municípios maranhenses, sendo os dois mais recentes Cidelândia e São Francisco do Brejão. A iniciativa busca induzir a implementação de políticas municipais sobre drogas, por meio da aprovação das leis referentes ao Conselho Municipal sobre Drogas, Fundo Municipal sobre Drogas e Conselho Escolar sobre Drogas, além de termos recomposto o Conselho Estadual da área.

Na sede da PGJ piauiense, o GAECO maranhense ministrou curso de "Investigação: noções básicas", dentro do acordo operacional entre as instituições, para membros e servidores de ambos os Estados. O curso é uma das medidas para a implantação do GAECO regional em Timon e será repetido em outras regiões.

Firmamos, com o MPMGO, acordo de cooperação técnica na área de inteligência, para cessão e aprimoramento da ferramenta HIDRA, que permite o compartilhamento de bases de dados entre instituições parceiras. Ainda visando ao aprimoramento tecnológico de nossas investigações, participei, junto com outros Procuradores-Gerais de Justiça, de workshop na MICROSOFT para avaliação de possíveis inovações tecnológicas na TI e, aproveitando o deslocamento, conheci experiências exitosas do governo paulista que poderão ser aproveitadas na Administração do MPMA.

Foi com o uso de tecnologia que, por videoconferência entre a 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon, a Corregedoria Geral de Justiça e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, concertamos entendimento sobre o local onde devem ficar custodiados os presos provisórios daquela comarca até a realização da audiência de custódia. Ainda sobre o uso de tecnologia para a atividade finalística, foi realizada, na sala dos Órgãos Colegiados, a capacitação de membros e servidores do Ministério Público para a correta utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJE), em conformidade com as Portarias nº3382017 e nº62017, do TJMA, que dispõem, respectivamente, sobre a ampliação do sistema no âmbito do 2º grau do Poder Judiciário e de 25 comarcas de entrância intermediária. No próximo dia 4 de setembro, a segunda etapa da capacitação será destinada para membros de entrância inicial.

A Administração Superior e o CAOp da Educação apoiaram a realização, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, da audiência pública "Ministério Público por uma educação pública efetiva", com objetivo de discutir os rumos da educação no município de São Luís, resultando na retomada de diálogo entre os professores grevistas e a Prefeitura da capital, com a interveniência das Promotorias da área.

Ainda na área institucional, a Rede de Controle da Gestão Pública realizou reunião em nossa sede, formalizando a adesão da Polícia Civil, passando a Rede a ser integrada por 25 instituições. Na ocasião, foi acertada a continuação das audiências públicas - a próxima será em São João dos Patos - e as ações para o Dia Internacional de Combate à Corrupção, que acontece em dezembro, restando definida, como parte da programação, a realização da Corrida contra a Corrupção, no dia 10 de dezembro, na Avenida Litorânea, em São Luís, com percursos de 5 e 10 km. Ainda em dezembro teremos atos do programa MP CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL, bem assim a publicação dos resultados do RANKING ANTICORRUPÇÃO, pelo que exorto os colegas a verificarem se as autoridades municipais já responderam aos questionários encaminhados ao Prefeito, presidente da Câmara e líderes do governo e da oposição no Legislativo local.

Em defesa do consumidor, obtive o MPMA liminar em ADI proposta semana passada, com a suspensão dos efeitos da lei municipal nº 429/2016, que proibia o uso de aplicativos como o Uber em São Luís. O relator, Desembargador Marcelo Carvalho, acolheu a fundamentação ministerial de que a lei municipal "se constitui em norma puramente proibitiva e proibir não é regulamentar - o que fere uma série de princípios constitucionais, notadamente o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e o direito de escolha do consumidor".

Encerro declarando meu vivo contentamento com a aprovação unânime, pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, de Resolução que permitirá a movimentação na carreira, para quatro Promotorias de Justiça exclusivas de Audiência de Custódia e a duplicação da PJ Cível da Infância e da Juventude. Parabênico o espírito público do relator, Procurador Suvamy Vivekananda Meireles e de todos os membros do Colegiado. Na mesma sessão foi definida a eleição para o Conselho Superior, que ocorrerá por votação eletrônica, em 2 de outubro de 2017.

Avante MP! Até a próxima!

Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça